

# Equilibrando os pratos: desafios da segurança alimentar paraibana na transição energética sustentável



**Maria Luiza Hipólito**

Universidade Federal da Paraíba



**Julia Rensi**

Universidade Federal de Pernambuco e Universidade de York

DOI: [doi.org/10.36942/dialogossocioambientais.v9i25.1567](https://doi.org/10.36942/dialogossocioambientais.v9i25.1567)

A transição energética ocupa posição central nos debates sobre desenvolvimento sustentável, especialmente no Sul Global, mas sua implementação é atravessada por desigualdades estruturais e disputas territoriais. No Brasil, essas tensões são evidentes no Nordeste, onde a rápida expansão de projetos eólicos e solares tem transformado o uso da terra e afetado comunidades rurais.

A transição energética ocupa posição central nos debates sobre desenvolvimento sustentável, especialmente no Sul Global, mas sua implementação é atravessada por desigualdades estruturais e disputas territoriais. No Brasil, essas tensões são evidentes no Nordeste, onde a rápida expansão de projetos eólicos

e solares tem transformado o uso da terra e afetado comunidades rurais.

Na Paraíba, o expressivo potencial energético convive com níveis persistentes de insegurança alimentar. Ao mesmo tempo, o estado apresenta forte dependência da agricultura familiar como base produtiva e social. Esse contexto torna o caso particularmente relevante para analisar as interações — e possíveis tensões — entre energia limpa (ODS 7) e segurança alimentar (ODS 2). Apesar da Agenda 2030 afirmar a indivisibilidade dos ODS, evidências indicam que projetos renováveis nem sempre fortalecem a produção local, sobretudo quando carecem de participação social e avaliação territorial, podendo reproduzir dinâmicas associa-

das ao *green grabbing*, isto é, processos de apropriação de terras legitimados por discursos ambientais.

Este artigo investiga em que medida a transição energética na Paraíba contribui para o avanço simultâneo do ODS 2 e do ODS 7. Com base em um estudo de caso qualitativo, o trabalho combina entrevistas com cinco lideranças da agricultura familiar (realizadas em 2025) e análise documental, contribuindo para os debates sobre justiça energética e governança socioambiental em contextos de expansão renovável.

## Um dilema de sustentabilidade: como a transição energética vem impactando a segurança alimentar

A expansão das energias renováveis tem sido promovida como eixo central das estratégias de desenvolvimento sustentável e de mitigação das mudanças climáticas. No entanto, a literatura crítica aponta que esses processos frequentemente reproduzem dinâmicas de apropriação territorial e concentração de poder, sobretudo quando implementados por meio de grandes projetos corporativos em contextos de frágil governança fundiária. Nesse sentido, o conceito de *green grabbing* evidencia como iniciativas associadas à transição energética podem reforçar assimetrias socioeconômicas e excluir comunidades rurais e tradicionais do acesso à terra, aos benefícios produtivos e à tomada de decisão, deslocando conflitos distributivos para novas arenas ambientais (Fairhead; Leach; Scoones, 2012).

Essas dinâmicas não são inéditas no debate agrário, estando associadas a processos anteriores de *land grabbing* vinculados à financeirização da agricultura e à expansão de cadeias globais de commodities. A incorporação da agenda ambiental a esses processos tende a reconfigurar, mais do que substituir, mecanismos de controle territorial, reforçando estratégias de acumulação que operam sob o discurso da sustentabilidade (Fairhead; Leach; Scoones, 2012).

Pesquisas mais recentes mostram que dinâmicas semelhantes se estendem a setores considerados limpos, como a energia eólica e a fotovoltaica. Megaprojetos renováveis têm funcionado como novas formas de *green grabbing*, ao restringir o uso de territórios rurais, reconfigurar economias locais e afetar comunidades dependentes da agricultura e do extrativismo (Borras; Franco, 2024). No Brasil, especialmente no Nordeste, a expansão acelerada desses projetos tem sido associada a conflitos fundiários, privatização de terras e fragilização da agricultura familiar. No caso da energia solar, embora a geração descentralizada apresente potencial para fortalecer a segurança energética rural, grandes complexos fotovoltaicos têm produzido disputas por terra e impactos diretos sobre a produção de alimentos, inclusive no Semiárido e na Paraíba.

A literatura converge ao indicar que não há contradição inerente entre energias renováveis e segurança alimentar; os efeitos dependem do modelo de expansão, da governança territorial e do grau de participação social. Abordagens descentralizadas e de menor impacto territorial tendem a gerar sinergias entre os ODS 2 e 7, enquanto megaprojetos corporativos e centralizados ampliam conflitos e *trade-offs*. Nesse sentido, o conceito de *green grabbing* oferece um marco teórico fundamental para analisar como discursos de sustentabilidade podem legitimar processos de expropriação, articulando energia, terra e sistemas alimentares em contextos de profunda desigualdade rural.

## Dinâmicas territoriais e institucionais na implementação dos ODS na Paraíba

Os resultados evidenciam que a implementação dos ODS na Paraíba ocorre de forma fragmentada, contrariando o princípio da indivisibilidade da Agenda 2030. Embora o estado apresente avanços relevantes na expansão de energias renováveis, especialmente solar e eólica, esses progressos não têm sido acompanhados por

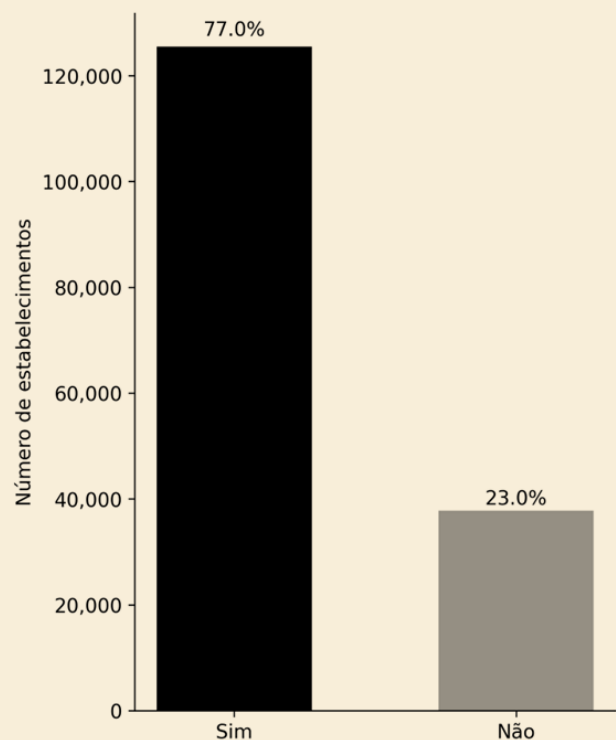
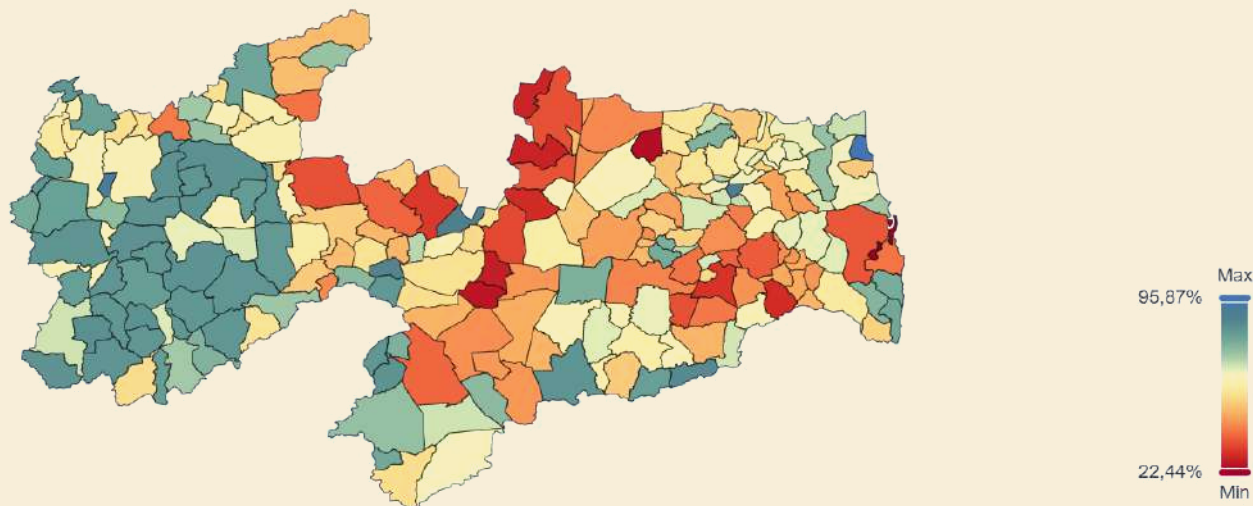


Gráfico 01 - Estabelecimentos agropecuários por tipo na Paraíba (2017)

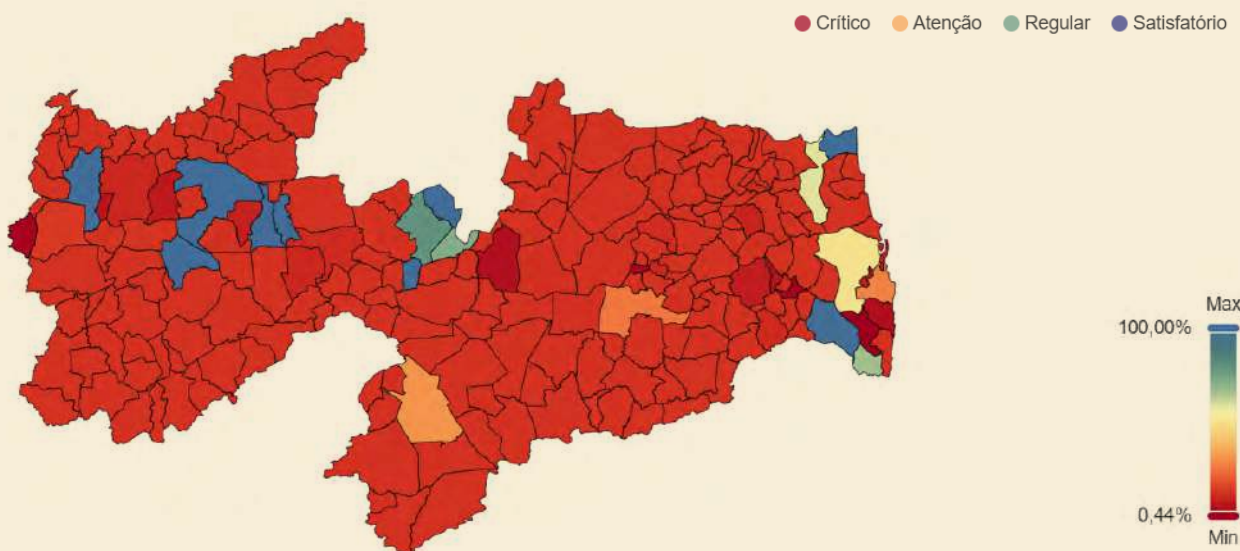
Fonte: DIEESE (2022).

políticas articuladas de segurança alimentar e desenvolvimento rural. O contexto territorial paraibano — marcado por elevada vulnerabilidade socioambiental, desigualdades regionais e forte dependência da agricultura familiar (Gráfico 1) — cria um paradoxo no qual a atração de grandes investimentos energéticos convive com insegurança alimentar persistente (Figura 1)<sup>1</sup> e baixa diversificação produtiva. O Gráfico 01 apresenta a proporção de estabelecimentos agropecuários na Paraíba (2017), distinguindo aqueles classificados como agricultura familiar (“Sim”) e os não enquadrados nessa categoria (“Não”).



**Figura 1 - Mapa do progresso do ODS 2 na Paraíba**

Fonte: Paraíba (2025)



**Figura 2 - Mapa do progresso do ODS 7 Paraíba**

Fonte: Paraíba (2025)

1 - Os mapas mostram o desempenho dos municípios paraibanos no cumprimento do ODS 2, com um gradiente de cores em que o azul indica maior avanço e o vermelho, menor desempenho. Portal dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Paraíba. Disponível em: <https://odspb.secties.pb.gov.br/>.

A análise mostra que a expansão renovável tem sido orientada predominantemente por interesses econômicos e corporativos, com a implantação de megaprojetos em terras privadas ou arrendadas, muitas vezes sobrepostas a territórios utilizados por comunidades rurais e tradicionais. Esse processo tem gerado conflitos fundiários, restrições ao uso da terra e impactos diretos sobre práticas produtivas essenciais à segurança alimentar. Além disso, a ausência de mecanismos efetivos de participação social e a fragilidade do diálogo intersetorial reforçam decisões centralizadas que beneficiam agentes econômicos, enquanto os ganhos socioeconômicos locais permanecem limitados, com geração de empregos majoritariamente temporária e baixo efeito redistributivo). As limitações do avanço do ODS 7 no estado estão demonstradas na Figura 2.

A distribuição territorial dos avanços associados ao ODS 7 na Paraíba revela um padrão desigual, fortemente concentrado em municípios com maior capacidade institucional e atratividade econômica. Como indicado na Figura 2, a expansão da geração renovável não se traduz automaticamente em ampliação do acesso energético em áreas rurais, especialmente no Semiárido, onde persistem limitações estruturais relacionadas à infraestrutura, à renda e à coordenação de políticas públicas (FAO, 2023; SEforALL, 2024).

As entrevistas corroboram esse diagnóstico ao indicar que os benefícios da transição energética têm sido apropriados de forma seletiva. Embora iniciativas baseadas em cooperativas e associações consigam, em alguns casos, acessar programas de energia solar e tecnologias sociais, agricultores familiares não organizados permanecem amplamente excluídos desses processos. A ausência de políticas integradas e de canais efetivos de participação reforça um modelo centralizado de decisão, no qual a expansão renovável avança dissociada das necessidades produtivas locais e com impactos limitados sobre a segurança alimentar.

Ainda assim, experiências localizadas indicam que a integração entre energia solar, tecnologias sociais e agricultura familiar pode fortalecer sistemas alimentares locais. Em uma cooperativa no interior da Paraíba, a adoção de energia solar permitiu diversificar a produção e reduzir perdas associadas à instabilidade do fornecimento elétrico, ampliando a autonomia produtiva ao longo do ano.

Os resultados indicam que as sinergias entre os ODS 2 e 7 permanecem subexploradas na Paraíba, em razão de déficits de eletrificação rural, acesso desigual a tecnologias energéticas limpas e da ausência de políticas integradas, especialmente no Semiárido (FAO, 2023; IFAD, 2024). Embora experiências pontuais demonstrem o poten-

cial da integração entre energia solar, tecnologias sociais e agricultura familiar para fortalecer sistemas alimentares locais, os achados sugerem que os principais entraves à implementação articulada dos ODS são institucionais e políticos, relacionados à fragilidade da coordenação intersetorial e de mecanismos de governança inclusiva.

### Considerações finais

Os resultados mostram que a expansão de projetos solares e eólicos, embora alinhada ao ODS 7, ocorre de forma pouco articulada às políticas alimentares e ao desenvolvimento rural, resultando em conflitos pelo uso da terra, déficit de infraestrutura e benefícios restritos para a agricultura familiar. Conclui-se que o avanço simultâneo do ODS 2 e do ODS 7 depende de políticas públicas integradas, com governança inclusiva e sensibilidade territorial. Investimentos em eletrificação agrícola, irrigação solar e cadeias de frio de baixo carbono podem gerar sinergias estratégicas, desde que orientados para o fortalecimento da agricultura familiar e dos sistemas alimentares locais.

## Referências

BORRAS JR., S. M.; FRANCO, J. C. Land rush. **The Journal of Peasant Studies**, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1080/03066150.2024.2317961>

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Observatório da Agricultura Familiar da Paraíba**. 2022. Disponível em: <https://agriculturafamiliarpb.dieese.org.br/>. Acesso em: 20 out. 2025.

FAIRHEAD, J.; LEACH, M.; SCOONES, I. Green grabbing: a new appropriation of nature? **Journal of Peasant Studies**, Abingdon, v. 39, n. 2, p. 237–261, 2012. DOI: 10.1080/03066150.2012.671770.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **Clean energy for all: FAO's role in advancing SDG7**. Rome: FAO, 2023. Disponível em: <https://www.fao.org/energy/news/news-details/en/c/1732695/>. Acesso em: 24 jun. 2025.

INTERNATIONAL FUND FOR AGRICULTURAL DEVELOPMENT (IFAD). **Renewable energy**. Rome: IFAD, s.d. Disponível em: <https://www.ifad.org/en/climate/renewable-energy>. Acesso em: 24 dez. 2025.

PARAÍBA. Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Ensino Superior (SECTIES). **Observatório do Desenvolvimento Sustentável da Paraíba (ODS-PB)**. 2025. Disponível em: <https://odspb.secties.pb.gov.br/>. Acesso em: 10 set. 2025.

SUSTAINABLE ENERGY FOR ALL (SEforALL). **Powering the Sustainable Development Goals**. Vienna: SEforALL, 2024. Disponível em: <https://www.seforall.org/data-stories/powering-the-sustainable-development-goals>. Acesso em: 12 dez. 2025.